



Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

RESOLUÇÃO:

RESOLUÇÃO N.º 13/82

Data: 19 de agosto de 1982.

SÚMULA: Aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1979. (Ex-Proposição n.º 04/80).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único — São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 19/08/82.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 74.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1982

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretaria da pelos Senhores Deputados Mário Celso e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Ailton Cordeiro, Cyro Martins, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet (23); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, David Cheriegate, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Pinto Dias, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (35).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Coronel Oskilde Malucelli, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1982.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO GOMES, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia 21 próximo passado.

Requer, outrossim, que do presente, seja dado conhecimento aos familiares, através do Gabinete da Primeira Secretaria.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a douta Comissão Executiva determine o dia 05 de outubro do corrente ano, para a outorga do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Luiz Guimarães Falcão.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja marcada a sessão de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Líbero Massari, para o dia 15 de setembro de 1982.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expediente aos Srs. Ministro da Saúde e Presidente do Conselho Ministerial de Preços.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício às autoridades acima referidas na Súmula, providências com a finalidade de se estabelecer disciplina e controle do uso de medicamentos pela população e a fiscalização dos seus preços ao consumidor, conforme requerimento do Sr. Vereador Jair Frasson, de n.º 80/82, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1982.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

O alto custo dos medicamentos vem acarretando à comunidade sérios problemas para que se possa assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar. Esse fato deverá ser encarado

pelas autoridades competentes com a máxima urgência, com o fim de que se tome providências para disciplinar o controle do uso de medicamentos colocados à venda.

O atendimento a essa reivindicação irá tranquilizar uma comunidade tão aflita com inúmeros problemas econômicos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Sr. EDSON NEVES GUIMARÃES, digníssimo Secretário das Finanças, conforme se especifica abaixo:

1. Qual a arrecadação orçamentária prevista para 1982?
2. Qual o valor orçamentário previsto no orçamento de 1982 para o pagamento do funcionalismo público?
3. Quanto foi arrecadado até 1.º de agosto de 1982?

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O Governo deixou de fixar o percentual de antecipação do aumento ao funcionalismo público alegando problemas de ordem orçamentária. Sabendo-se qual a previsão orçamentária para 1982, e quanto foi arrecadado até 1.º/08/82, bem como a parcela do orçamento destinada ao pagamento do funcionalismo público, através da simples aplicação de uma regra de três saberemos da disposição orçamentária para antecipação prevista por lei desde o final do ano passado.

A resposta à informação solicitada acaba com todas as especulações que se fazem a respeito do assunto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma COMISSÃO ESPECIAL DE PARLAMENTARES, para que se averigue a situação dos agricultores, oriundos da região de Itaipu, e reassentados em Projetos de Colonização do INCRA no Município de Arapoti, neste Estado.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Com a construção da Barragem de Itaipu, o Estado do Paraná está sendo prejudicado não só economicamente, mas centenas de famílias de agricultores, que aprenderam a amar esta terra, tiveram que deixá-la sem que as autoridades competentes lhes dessem um pedaço de chão para morar.

Aproximadamente 400 famílias de agricultores foram atendidas às pressas e reassentadas em Projetos de Colonização do INCRA no Município de Arapoti, no Norte Pioneiro de nosso Estado. Tudo isso foi feito para que não se caracterizasse ainda mais a omissão e o pouco caso das autoridades constituídas de nosso Estado. Hoje essas famílias estão vivendo as consequências da improvisação de seu reassentamento, pois centenas de famílias estão numa verdadeira situação de fome e à beira do desespero coletivo.

As lavouras que os reassentados procuram implantar não recebem os financiamentos prometidos pelas agências bancárias e quando recebem é com atraso e muitas vezes até em cifras inferiores às estipuladas na proposta inicial. A maioria das famílias sequer foi beneficiada com a construção de infraestrutura básica e necessária para a sobrevivência do homem, ou seja o abastecimento de água potável, condições dignas de habitação, instalações elementares para o funcionamento do ensino primário e atendimento à saúde dos moradores.

Os moradores dos projetos de reassentamento de Arapoti reclamam pelo cumprimento do que foi prometido quando de

sua recolocação. Cabe, portanto, a este Poder averiguar a realidade da situação daqueles agricultores paranaenses e procurar para que os órgãos competentes e responsáveis proporcionem as condições mínimas para a sobrevivência de centenas de famílias que se encontram em situação desesperadora em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós já tivemos oportunidade, no decorrer do ano de 80 e 81, fazer apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que houvesse por parte do Poder Executivo, uma boa vontade para concessão de abonos de emergência ou então especiais ao funcionalismo público do Estado de um modo geral, considerando que os aumentos concedidos no início do ano, já decorridos alguns meses, se encontravam defasados e colocando o funcionalismo público, os assalariados e especialmente aqueles com menor rendimento, em situação desesperadora.

Os nossos apelos foram reiterados, até que em 1981, resolveu o Poder Executivo antecipar parte do aumento que haveria de conceder em janeiro de 1982, pagando em agosto de 1981. E na mensagem que votamos nesta Casa, para conceder o aumento que haveria de vigorar em janeiro, já se inseriu no texto da lei, um dispositivo que permitiria ao Poder Executivo, daí para frente, antecipar os aumentos para o mês de agosto. É verdade que o dispositivo diz que seria concedido de acordo com as possibilidades do Erário Público.

Hoje o funcionalismo público, baseado nesse compromisso do Poder Executivo e numa situação angustiante que se encontra com os seus vencimentos achatados e corroídos pela inflação que campeia gritante, se coloca em posição para desencadear até uma greve, encabeçada pelo Magistério Público e antes que isso aconteça, Sr. Presidente, nós já daqui queremos apelar a Sua Excelência o Senhor Governador, "que não é responsável pela situação caótica que se encontra o Erário Público do Estado", segundo ele afirma, mas que tem compromisso, porque assumiu a responsabilidade de continuar a administração pública, que tome uma posição decidida já e agora para impedir que venha ser tumultuado o quadro administrativo e que amanhã não se venha jogar sobre o professorado e os funcionários, a responsabilidade do que possa acontecer, porque é um problema fundamental que está a exigir do funcionário público, com seus vencimentos achatados e do Magistério Público sem condições de sobrevivência, até de prover as necessidades fundamentais que os coloca numa posição de defesa dos seus direitos legítimos que é o de ver os seus vencimentos melhorados e condizentes com a realidade atual.

Sr. Presidente, acho que não existe no Estado nenhuma obra grandiosa que justificasse a situação de estar como alega o Poder Executivo, de estarem os cofres públicos do Estado, depauperados.

Se houvesse alguma obra que justificasse os gastos e o consumo do dinheiro que o Estado arrecadou, então poderia se justificar, mas nós não vemos nada que tenha realizado de importante a administração pública nesses últimos quatro anos, pelo menos, que pudesse justificar as condições precárias do Erário Público.

Por isso, Sr. Presidente, nós solicitamos aqui do Senhor Governador do Estado, uma pronta e eficaz providência.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a pa-

lavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus para o Grande Expediente.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. “O que os olhos não vêem, o coração não sente”, diz o adágio popular. E de fato, há 18 anos estamos sendo governados por um Governo que não vê e não sente. Não sente, porque não vê, porque está encerrado em seus gabinetes luxuosos cercados de mordomias, incapaz de transpor essa fumaça de mordomia para enxergar a miséria na qual se encontra o povo brasileiro.

Ainda hoje, lemos na “Gazeta do Povo”, o ex-Secretário de Estado Renato Johnsson, candidato a Deputado Federal pelo PDS, dizendo que está preocupado com os dados do IBGE referentes às migrações dentro e para fora do nosso Estado. E afirma que se torna necessário, uma política de fixação do homem à terra — coerente, justa e duradoura.

Isso significa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as medidas do então Governo Ney Braga, do qual fazia parte como Secretário de Estado, não foram suficientes ou não foram suficientemente sérios quando se propunham à meta de fixar o homem à terra em seu plano bianual, por nós analisado nesta Casa, quando implantava o PRÓ-RURAL, projeto relatado por um companheiro nosso, o Deputado Darcy Deitos. Isto significa, Sr. Presidente, que a constatação da falta de uma política de fixação do homem à terra coerente, aqui houve e não foi portanto, coerente. Uma politificação do homem à terra justa e duradoura, significa que o que houve até aqui aplicado não foi justo nem duradouro.

“A meta é o homem”. Dizia o plano bianual. O PRÓ-RURAL projetado pelo Governo Ney Braga, em tudo isso, podemos deduzir as palavras do Secretário de Estado hoje candidato a Deputado Federal: faltava coerência, justiça e durabilidade.

A nossa surpresa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, prende-se mais ao fato de que a declaração da falência dos planos governamentais, parte de um integrante da equipe do então Governo Ney Braga. Porque para quem já denunciava e previa a migração como fenômeno do modelo agrícola exportador, concentrador da propriedade e da renda, atrelado a um modelo econômico capitalista dependente, que levaria e como levou, a Nação à falência.

Não carecia os resultados do IBGE para fazer tal afirmativa. Nós, mesmo sem os resultados oficiais do IBGE, já dissemos em setembro de 1977 na CPI da Terra na Câmara Federal, quando lá depúnhamos sobre os problemas da terra do Paraná, sobre o aumento dos “bóias-frias”, já dizíamos em abril de 1978 na CPI da Desparalisação realizada aqui nesta Casa, quando aqui depúnhamos como Secretário Geral da Pastoral da Terra sobre a migração e a desparalisação que haveria de ocasionar Itaipu Binacional. Mesmo como parlamentar nesta Casa os Anais assim o confirmam, a nossa constante preocupação em inúmeros pronunciamentos, requerimentos sugerindo medidas governamentais para evitar o êxodo rural e providenciar a fixação do homem à terra do Paraná, dos que, principalmente, estavam sendo desalojados pela bacia da Itaipu Binacional.

Alertamos o Governo quanto ao problema do esvaziamento rural em nosso Estado, quanto ao problema do esvaziamento nos pequenos municípios da população rural, como no caso do Município de Marechal Cândido Rondon, quando abordávamos o tema desta tribuna sob o título “O último a sair apague a luz”. E o que é que nos responderam os homens do oficialismo, os que faziam apologia em defesa do Governo atual?

Nossas preocupações foram minimizadas, chamando-nos de pessimistas, até passamos pela pecha de comunistas, alegando pessimismo e derrotismo em nossas preocupações, em nossas manifestações. Nossas sugestões foram ridicularizadas com des-

prezo de quem nada traz para contribuir. Os próprios movimentos populares que já houveram neste Estado. O movimento dos agricultores atingidos diretamente pela desatenção do Governo Federal e Estadual, receberam respostas das mais cruéis, estúpidas e grotescas de um Governo que agora se diz preocupado com o esvaziamento do campo. Um Governo mais preocupado em bajular o regime de Brasília do que atender os reclamos do seu povo. Em todos os movimentos dos agricultores, movimento dos desapropriados de Itaipu, movimento dos suinocultores, movimento das notas promissórias rurais, o Governo do Estado esteve presente sim, Sr. Presidente; esteve presente, mas não na pessoa do Governador e sim através da ostensiva presença da força policial da Polícia Militar do Estado, para reprimir, para intimidar os que ousavam desafiar o seu protegido maior, que era o Governo de Brasília.

Onde estava então o Governador do Estado? Escondido no Palácio Iguazu, recebendo ordens do Governo de Brasília que agora passam a criticar.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos surpresos sim. Estamos surpresos porque após intensa manifestação nossa, um dos mais conceituados órgãos de imprensa vem a constatar que a classe política — logicamente se referindo à classe política que defende o Governo, começa a se preocupar com o esvaziamento do Paraná. Isto porque a classe política da Oposição está se manifestando há muito tempo, há mais de uma década, prevendo inclusive a catástrofe social que sobreviria ao Estado; porque entendíamos o malefício que traria ao poder econômico o modelo agrícola adotado. A não ser que quando dizíamos estar aumentando o número de “bóias-frias” no Paraná, eles publicassem, ou entendessem, que estávamos nos referindo ao consumo de comida congelada no Estado do Paraná.

Portanto, não é com o candidato a Deputado Federal Johnsson, que a classe política começa a se preocupar, porque a Oposição há muito tempo está preocupada e alertando este Governo. Mas o que dizíamos no início: o que os olhos não vêem, o coração não sente.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar do descaso que fizeram de nossas idéias, de nossas preocupações, apesar de que não nos deram ouvidos, nós que não carregamos ódio, nem sentimento de vingança, nem rancor, nem revanchismo em nossos corações, ainda conseguimos nos alegrar com manifestações deste tipo, apesar de partirem de pessoas que, pela posição que ocupam e pelo que defendem, parece uma contradição.

Embora um tanto atrasados para alcançar uma solução, não deixa de estar em tempo de mudar, a não ser que seja apenas, para eles, um tempo de eleição.

Temos o prazer de ouvir a confirmação de um ex-Secretário do Governo de Ney Braga, daquilo que dizíamos desde a implantação do atual modelo agrícola voltado ao avanço do capitalismo no campo, esdrúxulo, monocultura de exportação para atender o endividamento da Nação e o conseqüente desprezo à pequena lavoura, principal produtora dos gêneros de primeira necessidade. Nossas preocupações já vêm desde 1975, quando começamos a sentir a constante descapitalização do homem do campo e conseqüente aumento dos sem-terras neste Estado. Hoje, tudo isto vem a ser confirmado.

Quero aproveitar a oportunidade, nesta época eleitoral, em que se abate sobre a classe política dominante um precoce espírito natalino, com muitos presentes, em que os corações de certos políticos extravasam sentimentos humanos, tornando-se caridosos, voltam-se ao povo para ouvir seus clamores, negam a paternidade do Governo que pariu todos estes sofrimentos e ao qual prestaram apoio no Congresso Nacional durante todos estes anos, quero aproveitar sim a oportunidade do canto da sereia, para sugerir a esta Casa a criação urgente de uma Comissão Especial de Parlamentares para visitar o Projeto Poti, onde milhares, centenas de famílias humanas sangram pelo

sofrimento da fome. Onde foram reassentadas, ou melhor dito, jogadas e deixadas no abandono mais de 400 famílias oriundas dos destroços sociais e provocados pela Itaipu Binacional.

E lá estivemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda esta semana, e pudemos constatar a verdadeira miséria que se abate sobre aquela população.

Nada mais esperamos desta Comissão do que, apenas em dois dias, visitar e fazer um relatório fiel da situação pela qual estão passando aquelas famílias. Para assim podermos pelo menos registrar nesta Casa, nos Anais desta Casa, o sentimento inclusive do Deputado da Situação, que defende o Governo, de que aquela situação não é justa, não é humana.

Podemos adiantar, Sr. Presidente, que o INCRA, responsável pela medição e titulação das terras, até o momento, após um ano de trabalho, após um ano de estarem lá famílias ávidas para produzir e para trabalhar, conseguiu alcançar apenas uma carta de anuência e um título provisório de ocupação, apenas uma simples licença de ocupação.

E não faltam os maus políticos que, amedrontando aquelas famílias, apesar da fome, dizem que esta licença de ocupação só se converterá em título definitivo se votarem no Governo, fazendo da miséria do povo, mais uma máquina de pressão para eleger os homens do Governo.

A ACARPA em convênio com o Banco do Brasil, recém instalada nesse projeto, está liberando apenas um outro financiamento para destoca numa terra que necessita de intensiva e onerosa correção de solo, atrasando assim o plantio, e comprometendo a safra daquelas famílias alongando o prazo da fome que haverão de passar. O que plantaram na última safra nada conseguiram tirar daquelas terras áridas, onde predomina o capim e a samambaia. Onde são reservas de destoca de eucaliptos que serviram ou serviriam para ali mentar a Fábrica de Celulose que lá se encontra.

Há famílias que lá estão, Sr. Presidente, há um ano sem recursos para plantar um pé sequer do que seja. A grande maioria vive em casas de 2,5 a 5,2 tendo que ampliar o seu teto com uma lona improvisada de barraco, e assim poder colocar em lugar seco e adequado suas famílias, que passam muitas vezes de sete a oito filhos.

Há famílias que buscam água potável a mais de dois quilômetros de distância a pé, porque o INCRA encarregado de perfurar poço artesiano, até hoje não tomou providências.

Estivemos em pequenas escolas superlotadas, sem merenda escolar para um povo que está faminto, sem água potável, que teriam que trazer de suas casas, sem o mínimo de condições de ministrar ensino, e o mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a fome que começa a bater às portas de centenas de lares e das famílias que lá se encontram. Vi uma mãe de oito filhos cozinhando samambaia, o que mais se produz naquelas terras, para assim enganar a fome de seus filhos.

Logo pela manhã, às portas de um dos candidatos a Prefeito de Arapoti, amanhece rodeada de pessoal mais carente de recursos, daqueles reassentados de Itaipu. Muitos estão até dispostos a desistir de suas terras, mas ali está empregado tudo o que trouxeram dos despojos de ITAIPU. O serviço de "bóia-fria" acabou, porque acabou a colheita do feijão. Não sabem como prosseguir para continuar vivendo. Dizem que são tachados de vagabundos e que não aguentam mais aquela humilhação.

Em suma, Sr. Presidente, os que para ali vieram com recursos próprios tiveram seus bens desapropriados por ITAIPU...

O Sr. Cyro Martins — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida.

... que tiveram algum tipo de indenização de ITAIPU, rechagaram, portanto, com recursos próprios, conseguiram algumas condições de vida melhor.

Dizem, no entanto, que a ACARPA, responsável técnica pelos projetos de crédito agrícola, muitas vezes interfere na aprovação dos mesmos, desconfiando da possibilidade de endividamento daquelas propriedades. Os que vieram, no entanto, nas condições de arrendatários, das fazendas ...

O Sr. Cyro Martins — ... Eu quero um aparte.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Se Vossa Excelência me permitir, Sr. Presidente, cederei o aparte logo em seguida, quando terminar o meu raciocínio. Temos tempo, temos o Horário da Liderança, Vossa Excelência não precisa preocupar-se que haverei de dar o aparte, e tenho o prazer, inclusive, de dar um aparte.

O Sr. Cyro Martins — Está bom. Conclua logo o seu raciocínio, porque ele é muito destrutivo para o povo do Brasil.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Vossa Excelência tem, inclusive, o horário da sua Liderança de Partido para poder responder.

Os que vieram nas condições de arrendatários das fazendas desapropriadas por ITAIPU, e, portanto, não responderam qualquer espécie de indenização, garantida por lei, mas negada, de fato, formam as inúmeras famílias esmagadas pela fome e pela falta de trabalho, sem assistência, sem recursos, para tocar uma terra que necessita de alto investimento técnico para torná-la produtiva. Estão lá algumas famílias há 10 meses, outras há um ano, sem poder implantar.

Há quem tema, em Arapoti, que se desencadeie na cidade, uma onda de assaltos e roubos, produzidos pelo delírio da fome que se abate sobre aquelas pessoas pobres ali reassentadas.

O maior problema, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontra-se, exatamente no momento em que termina o trabalho de volantes, em que o Governo retira o fornecimento inicial que dava de alimentos; foi suspensa, há alguns meses, até a assistência médica, mas o que falta de verdade, não é assistência, o que falta é mais seriedade dos que tendo o Poder em suas mãos, apenas se dizem preocupados e nada fazem para garantir a fixação daqueles lavradores que lá estão, que apesar de tudo, teimam em continuar e querer plantar.

Tenha Vossa Excelência o aparte que quiser.

O Sr. Cyro Martins — Caro Deputado, observa-se que Vossa Excelência está apresentando o problema, está somente apresentando o problema, então nós queremos solução desses problemas. Porque o senhor falou em alimentação escolar, Sua Excelência falou em tantas coisas em que o Governo está preocupado, está tentando resolver. Agora, faça-me o grande favor de traduzir aqui deste plenário, a solução que o senhor tem para os problemas.

Os problemas empregos, os problemas inflacionários que o Brasil vive é de todos nós, não é deste ou daquele Partido, é de todos nós, é seu, é meu, é de todos os representantes que estão aqui, liderando o povo brasileiro, agora, nós não podemos é aceitar somente críticas - críticas - críticas e não receber soluções! Nós todos tentamos. Eu, por exemplo, o meu trabalho é realmente atender o povo da minha terra, do meu Paraná, em procurar as soluções compatíveis, agora, críticas,

críticas, não resolvem nada! Nós temos que ter realmente, soluções, soluções para os problemas que o Brasil vive, que o Paraná vive. Agora, Vossa Excelência vai aí, sobe à tribuna falar em que? Somente em que? Em criticar? Faça-me o favor!! Vamos procurar trazer soluções, para atender realmente o que nós precisamos. E é isso que o Governo precisa fazer, e está fazendo. Temos problemas? Se nós damos, amanhã, alguma coisa para o povo, o povo precisa de mais, precisamos dar mais coisas, precisamos dar emprego, educação, saúde, mas talvez, entregando o emprego, entregando a educação, entregando a saúde, entregando tantas coisas para a nossa gente, será que nós chegaremos àquilo que eles precisam? Não! Eles vão querer mais! Por isto que nós precisamos nos unir - para trabalhar em prol do nosso povo, mas não criticando o Governo, o Governo está procurando, de todas as formas, atender a nossa gente, isto é que a Oposição tem que compreender, não adianta ser Oposição, não adianta ser destrutivo, o que adianta é ser realmente construtivo, em prol da nossa gente!

Agradeço o aparte.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, eu até poderia entender as suas reivindicações por soluções, se é que o Governo de Ney Braga tivesse atendido a solução apontada não por nós da Oposição, mas, reforçada por nós da Oposição em relação aos desapropriados de Itaipu, quando o próprio ITC chegou à conclusão de que bastaria um bilhão de cruzeiros para comprar e fazer uma reserva agrária aqui no Paraná, e oferecer uma alternativa para que os desapropriados de Itaipu permanecessem no Paraná; o ITC levantou 49.000 alqueires de terras que estavam à venda no Paraná, a um preço até inferior ao que estava sendo pago por Itaipu, bastaria o Governo garantir essas terras, para as mãos daqueles que trabalham e que queriam trabalhar e que pediam para serem reassentados aqui no Paraná. O que foi que o Governo disse? Que não tinha esses recursos, mas, esse mesmo Governador chegou aqui, dizendo que repassou; que o Governo do Estado do Paraná repassou, através do BADEP, dez milhões, para Itaipu, para os agricultores, não tinha, mas, para repassar à Itaipu Binacional, tinha! Portanto, as soluções que nós apontamos, eu dizia no início do nosso pronunciamento, muitas vezes passam despercebidas, Vossa Excelência mesmo só passou a prestar atenção ao meu discurso, exatamente no final, porque, se tivesse ouvido o início do nosso pronunciamento, saberia que, exatamente nos queixávamos, das vezes em que nós apontávamos, através de requerimentos, soluções, e eram rejeitadas, não eram aceitas ou simplesmente não se fazia caso. Por que então a Bancada do PDS, no "pacote" da Previdência Social, no Congresso Nacional, não aceitou a sugestão apresentada, de taxar as empresas, pelo faturamento, para atingir também essas grandes e esdrúxulas companhias multinacionais que estão a desgraçar a nossa população, para repassar esse encargo de INPS, também a eles? Por que não aceitam a sugestão da Oposição, que é, pela punição dos corruptos, e não pela impunidade, que é um dos maiores males? Tantas e tantas sugestões que foram feitas, e posso dizer-lhe mais, em relação ao problema que estou trazendo para esta Casa, hoje, a solução está muito fácil, inclusive, está ao alcance da ACARPA que está lá sediada em Arapoti, umas 4 ou 5 moças, técnicas, mais uns 2 ou 3 rapazes, a solução, estaria numa saída tipo aquela que nos ofereceu o Prefeito de Lages, em organizar a população, e, a partir de uma organização popular comunitária - o que está agora não feito parece-me que para o azar do nosso povo fizeram

exatamente o contrário: pegaram famílias de diversas regiões e, ao invés de aproveitar o elo que existe, de ligação, no agrupamento de pessoas da mesma composição étnica fizeram exatamente o contrário. Separaram as famílias todas, um vizinho de São Miguel do Iguaçu está na gleba "a", outro na gleba "b", outro na gleba "c", todos separados, exatamente para que não se formem lideranças, porque é só dividindo que se consegue dominar. As soluções estariam fáceis, estamos apontando as soluções, nobre Deputado. Muitas vezes apontamos as soluções. Bastaria liberar os financiamentos em tempo, bastaria o Banco do Brasil que diz que tanto ajuda a classe do agricultor, liberar em tempo o financiamento, em tempo de plantio para que eles possam começar a plantar. Vi um senhor agricultor chegar para o moço da ACARPA e dizer o seguinte: "porque é que não aprovam o financiamento da minha junta de bois, porque eu preciso da junta de bois para começar a trabalhar? E o moço, técnico da ACARPA, diz o seguinte: "Porque você ainda não formou o pasto verde para poder alimentar o boi". Como ele vai formar pasto verde se não tem boi? Quer dizer, são absurdos e mais absurdos que se cometem lá, enquanto nós estamos aqui apontando inclusive que existe um problema gravíssimo, que é preciso que o Governo do Estado, que o Governo Federal, não simplesmente joguem os homens na terra como se fossem sementes, mas alcancem os recursos para que possam produzir, porque sem recursos, nenhum agricultor poderá produzir.

(Vozes superpostas).

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

O SR. GERNOTE KIRINUS — Foram tirados lá da sua localidade onde estavam produzindo, havia uma família que estava produzindo em 30 alqueires de terra e foi reassentada em três alqueires de terra, sem financiamento, sem sustento, sem sequer condições para se reinstalar. Inclusive a falta de água que já devia estar solucionada, não está. Esta solução, é a maior seriedade nos projetos que se faz, e não pensar que o povo é brincadeira, que o povo é objeto, que pode ser jogado em qualquer parte e depois ser taxado de vagabundo, como estão fazendo. Esta solução é a que estamos apontando há muito tempo. Não venha Vossa Excelência dizer que nós só criticamos.

Tem o aparte o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Kirinus, Vossa Excelência está conseguindo esquentar o vazio que se constitui esta Assembléia e o PDS pelos seus mais atuantes Deputados, vem inovar, inclusive, nesta Casa. Realmente, ao tentar impor uma disciplina ao Partido da Oposição, uma Oposição que deva fazer oposição sem criticar, realmente, o meu nobre companheiro Cyro Martins está inovando.

Já não chega o Presidente da República que brinca de ditador todo domingo, como membro do Chacrinha, querendo ditar normas à Oposição, mas eu fico lastimando essa inovação e em se partindo do Deputado Cyro Martins que demonstrando ser um oposicionista ao seu próprio companheiro Luiz Carlos Zuk, por diversas vezes esteve na tribuna a criticá-lo, sob aplausos inclusive, provavelmente, da comunidade pontagrossense e ele usou o direito que tinha de criticá-lo. Agora vem criticar a Oposição por fazer críticas aos seus companheiros. O problema de soluções para esse Brasil...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao

orador que seu tempo está esgotado. Entretanto, se a Liderança do PMDB desejar, Vossa Excelência terá mais 20 minutos.

O SR. LINEU TURRA — O Deputado Kirinus pode usar o Horário da Liderança.

O SR. GERNOTE KIRINUS — O aparte, com o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — O problema de soluções nesse Brasil, existe.

Ontem mesmo, o Presidente da República dizia que ele deu a solução da anistia; naturalmente ele que era dono do SNI à época, estava muito bem informado de quantos brasileiros foram chamados de comunistas, esquerdistas e quantas vezes foram parar na cadeia, inclusive aqui em Curitiba, porque faziam reuniões dentro de uma igreja pedindo anistia, e aqui na Assembléia éramos taxados de esquerdistas quando pedíamos anistia, que não era ainda o momento para a anistia. Ontem ele foi fazer média, dizendo que deu anistia ao Brasil, como se ele fosse um "novo deus" e pudesse dar as coisas. A solução para a paz social no País em determinado momento, era a anistia, e nós estávamos brigando essa solução.

A solução econômica do País, o Governo está imitando inclusive algumas do próprio PMDB, sob críticas dos homens do Governo e quem espera duvidar, que pegue "O Estado de São Paulo" de ontem, onde um deputado paulista está a criticar o Sr. Delfim Neto e o Governo Federal, porque agora resolveu, em muito boa hora, — diga-se de passagem — tributar as heranças, aliás, as transações imobiliárias.

Está lá um homem do PDS a criticar o próprio Governo. Essa solução de tributar as transações imobiliárias, é uma solução do MDB antigo, ainda, há muito tempo ela vinha sendo pregada.

O problema da Itaipu, levantamos quando se iniciou Itaipu, que ela geraria problemas sociais no Paraná, e éramos criticados de negativistas. Agora, quando Foz do Iguaçu não consegue vender a energia que gera, agora quando Salto Osório não consegue vender a energia que gera e Itaipu não venderá, inclusive colocará em falência a CESP. Os homens do Governo de repente acordaram que fizeram obras monumentais sem um estudo mais sério. O problema não é soluções, não. O problema é de competência. E, infelizmente, essa competência está faltando, desde aqui de Curitiba até lá, em Brasília.

Incompetência do Sr. Saul Raiz, que criou aqui em Curitiba um terminal rodoviário de cargas, que está lá, fechado, e que vai custar aos cofres públicos do Estado, peguem o Diário Oficial no apagar das luzes do Governo Ney Braga, no dia 13 de maio, peguem lá o convênio que está assinado em que o Governo repassa à Prefeitura de Curitiba, para comprar o monstro branco que está lá fechado há dois ou três anos, desde o tempo do Sr. Saul Raiz, por um bilhão e 300 milhões de cruzeiros.

Aliás, essa Assembléia é bom que se chame a atenção, um convênio inconstitucional, em que dá ao Município de Curitiba, 30 por cento do ICM gerado das indústrias da falida Cidade Industrial.

Está lá, por um prazo de cinco anos, e não por coincidência, a partir do ano que vem. Está lá a prova concreta da incompetência do Governo municipal da época, assim como lá está a prova não dita por um homem de Oposição, mas atestada por Hélio Beltrão, da prova da incompetência do Sr. Jair Soares, com sua corrupção na Previdência Social.

Não, não é incompetência o fato de hoje não se poder mais em Curitiba sequestrar internar um louco, porque o INPS proibiu os internamentos dos doentes mentais. Ou não é incompetência o fato de hoje o brasileiro, que pagou INPS

a vida inteira, estar ameaçado, e veja se isso não vai ocorrer depois das eleições, de não ter mais o direito adquirido de aposentadoria e só poder ser aposentado aos 60 anos de idade, mesmo que tenha contribuído durante todo tempo necessário, os 35 anos da legislação. Ou não é incompetência dizer que hoje o brasileiro entra na fila e só tem direito de ficar doente uma vez por ano, porque só tem direito a uma consulta por ano. Ou não é incompetência?

Incompetências essas que têm sido inclusive criticadas por homens do Governo. Será que esses homens do Governo também só sabem criticar? Aquele que criticou tanto a administração de Luiz Stanislawzuk, de Ponta Grossa, não estava apontando soluções?

Quero aqui defender o direito que nós temos de ser Oposição, a partir de 15 de março, se formos Governo, e vejam que estou pondo uma condicional — se nós estivermos no Governo, ou o Partido que estiver da Oposição, deve ter assegurado o direito de crítica. Quem recebe impostos, quem coleta impostos, é o Executivo. Ele deve ser criticado quando não age corretamente.

O problema de Arapoti é grave, porque os homens que estão lá não são homens que não sabiam trabalhar, foram tirados, arrancados de suas terras, pela incompetência também de um General, que chegou a dizer aqui no Paraná que o Paraná não tinha nada que se meter com Sete Quedas. Chegou a dizer que o Paraná não tinha nada a ver com o problema do Rio Paraná, que é um rio internacional.

E esta Assembléia está aí com um projeto de lei para torná-lo Cidadão Honorário do Paraná, dentro da característica paranaense de subserviência aos poderosos. Infelizmente, é isto que este meu Estado, no qual nasci, é isto que ocorre.

Hoje tramita na Casa um projeto de lei para bajular o General Costa Cavalcanti, o homem que na TV Tarobá de Cascavel, deixou todos os paranaenses abaixo dos paraguaios, todos os paranaenses abaixo de seus súditos, dos seus subservientes, e que estão a bajulá-lo. Não se pode tolerar que na Casa de Leis ainda venha a se criticar a Oposição por fazer oposição.

O Sr. Cyro Martins — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte, e gostaria de dizer que é exatamente neste sentido que iniciamos o nosso pronunciamento que, infelizmente, não foi ouvido...

O Sr. Cyro Martins — Concede-me um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, me assegura a palavra? — (Assentimento).

Exatamente o que dizíamos. Partimos de uma crítica que estava sendo feita por um homem do Governo de Ney Braga, Renato Johnsson, que dizia que falta realmente uma política de fixação do homem à terra, coerente, justa e duradoura, admitindo portanto que não houve isto no Governo de Ney Braga, estendendo esta crítica à falta de atenção, de recursos do Governo Federal.

O que estava solicitando o ex-Secretário Renato Johnsson? Solicitando mudança, porque toda crítica é uma solicitação de mudança. Em toda a crítica existe no seu bojo, no seu fundamento, uma manifestação de insatisfação com o estado de coisas que existe, e solicita imediatamente mudança.

Pode estar a crítica até acompanhada de indicações para que direcionamento deverá ser feita a mudança, e isto temos feito, muitas e muitas vezes. Poderíamos dar mil sugestões para o caso de Arapoti.

Basta gastar menos em publicidade para Saul Raiz e Ney Braga, e empregar este dinheiro para realmente garantir a fixação dos homens...

O Sr. Cyro Martins — Concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — ... que estão desalojados por Itaipu e que foram jogados numa terra e agora precisam de um pequeno apoio, um pequeno suporte. Talvez 180, dos 680 milhões de cruzeiros destinados à publicidade, para a Secretaria da Comunicação, bastariam para amenizar o sofrimento daquela gente, colocá-los em pé, deixando-os produzir para a riqueza deste Estado. Talvez apenas isto.

Só falta realmente olhos para ver, e coração para sentir a miséria em que se encontra este povo. Tem razão o nobre Deputado Deni Schwartz, quando diz que a incompetência gera crítica dos próprios Deputados da Situação.

Tem o aparte, Deputado.

O Sr. Cyro Martins — Deputado Gernote Kirinus, em parte sentimos que todos estão preocupados com os problemas nossos mesmos.

O Deputado Deni Schwartz foi bastante claro em problemas de aquisições, de incorporações de pessoas, o que, traduzindo em suas próprias palavras aí, "corruptores". Acho que ele tem suas razões, e eu não aceito que corruptores façam parte do Governo.

Agora quero deixar bem claro o seguinte: as críticas que todos nós fazemos, dentro da minha própria profissão, têm que estar acompanhadas de soluções. Concordo perfeitamente que estamos vivendo num clima difícil para o Brasil mas, será que a Oposição, criticando de uma forma até ostensiva o Governo, vai trazer soluções? É uma interrogação que deixamos, porque afinal de contas, nós todos somos brasileiros, paranaenses, e precisamos trazer soluções, e não através de críticas.

Será que amanhã, se a Oposição que hoje é Oposição, pudesse...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Vossa Excelência está se tornando repetitivo.

Vossa Excelência está repetindo a mesma coisa que nós já refutamos. Vossa Excelência só entende aquilo que quer entender, porque eu deixei bem claro aqui ...

O Sr. Cyro Martins — ... pudesse, será que ela vai, é claro que eu entendo, o espírito construtivo, eu quero é construir e não destruir, é isto que eu desejo, sempre.

Eu sou engenheiro, e portanto só aceito uma palavra: construir. Outra coisa eu não aceito.

Encerro aqui a minha mensagem, aceitando — em parte — as palavras do nosso antigo companheiro, porque o Deputado Deni Schwartz foi meu companheiro de trabalho na Prefeitura, então, encerro minhas palavras, dizendo que o objetivo de crítica não resolve, o que resolve é o objetivo de realmente se fazer alguma coisa pelo País.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Gostaria de apenas não repetir o que aqui já dissemos. Somente gostaria de lembrar mais um fato.

Há poucos dias houve uma Comissão Parlamentar que esteve visitando — outro problema gravíssimo em nosso Estado — os habitantes, os ilhéus da Ilha Grande, e lá um Deputado da Oposição, o Deputado Pinto Dias, assim se pronunciou: "que a solução para os que sofreram perdas irreparáveis em termos de colheita devido à soltura de águas de represas que estão adjacentes ou acima da Ilha Grande, estaria, no acatamento do Governo do Estado de São Paulo, através da ASEP, pagar a indenização. Outra solução, não tem".

E, se o Governo do Estado de São Paulo, o Sr. Malluf, que tanto gasta em festa e outras mordomias mais, disser que não vai atender aos ilhéus do Paraná, não vai indenizar aquilo que fora destruído talvez até propositalmente, como já disse o

Deputado Lázaro Dumont, naquela tribuna ali, se eles não vão atender, o que faremos? A não ser que, cair de pau e colocar em desnudo a insensibilidade do Governo de São Paulo e o desrespeito para com os paranaenses que vivem em Ilha Grande.

A solução foi clara, apontada por um Deputado da Oposição, e o prazo está para vencer: 30 de outubro. A partir de 30 de outubro, se não houver solução, Ilha Grande passará a se chamar "a grande promessa de 30 de outubro".

Somente para concluir ...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado, apenas queria fazer uma observação, eis que Vossa Excelência é um homem voltado às lides e aos interesses do povo paranaense. Eu gostaria que Vossa Excelência apenas fizesse uma observação e um retrospecto, quanto ao problema de criticar Saul Raiz, quando ele procurou implantar a Cidade Industrial em Curitiba.

Vossa Excelência o está criticando ...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Foi o Sr. Jayme Lerner quem fez, Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Jayme Lerner, e após Jayme Lerner, que é nosso atual Prefeito, Prefeito do PDS, Vossa Excelência critica um homem que implantou a Cidade Industrial em Curitiba.

Então, é uma anomalia que dentro do nosso parâmetro, do parâmetro político, Vossa Excelência teria então que se redimir neste momento, ao criticar uma coisa que foi implantada no Paraná, projeto inédito para a capital paranista, e Vossa Excelência também é paranaense. E que também deveria redimir, dizer desta tribuna para o Paraná, para o Brasil e para o povo, para a Situação e para a Oposição, quanto rendimento tem dado ao Paraná a Cidade Industrial, e esquece Vossa Excelência, e também o Deputado Deni Schwartz, ao criticar as coisas que foram feitas na ARENA e estão sendo feitas pelos Prefeitos do PDS.

Veja Vossa Excelência e cite um exemplo, se existe no Brasil um Estado com o o Paraná, que dá para sua Capital, uma Cidade Industrial que carrega recursos, que carrega impostos e que carrega projeção, onde temos uma fábrica Volvo, que está distribuindo caminhões de alto gabarito, dando impostos ao nosso Estado. Isso Vossa Excelência não diz.

E diga-se de passagem, vá ver o pessoal de Arapoti, vá ver suas casas que foram feitas pelo INCRA, vá ver suas casas e aquele povo que está tendo crédito e estão lavrando a terra com suas mãos calosas, para o Paraná e sua gente.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Posso afirmar a Vossa Excelência, eu estive em Arapoti, assistir a cenas, todas elas constrangedoras, com os próprios olhos, e posso dizer também que se houve uma Cidade Industrial, cuja vantagem ou não vantagem está sendo discutida hoje.

Recebo acervos de Deputados de Curitiba dizendo que ela está falida, e devo também dizer o seguinte: que, se foi Saul Raiz ou Jaime Lerner, mas pelo fato de alguns homens terem construído alguma coisa que na sua opinião é louvável, não significa que ele esteja isento de todas as críticas, por todos os erros que ele cometer em outras obras. Quer dizer, uma não justifica a outra, porque, do contrário, podemos chegar à conclusão de que, porque os alemães mataram todos os judeus, nós temos que matar todos os índios do Brasil. Uma coisa não leva a outra.

Portanto, Vossa Excelência perde a razão em seu infeliz aparte em querer defender um homem por uma obra apenas e uma obra cuja dúvida de verdadeira eficácia ainda hoje se discute, ainda mais se sabemos que a Volvo tem operado esses

anos todos com um déficit e precisou inclusive recorrer ao BADEP para poder continuar sobrevivendo, operando talvez até com déficit provocado para seguir a corrente de como tantas multinacionais, aplicar o desvio da divisa através da fraude cambial. São dúvidas, são hipóteses que levantamos e ainda não fomos a fundo, para provar.

Mas, de toda forma, agradeço o aparte.

Sr. Presidente, a nossa preocupação em relação à população de Arapoti. Estou encaminhando à Mesa um requerimento pedindo a formação de uma Comissão Parlamentar, para constatar e tirar as dúvidas.

Se o Deputado Gabriel Manoel viu que há realmente muito progresso, e eu vi exatamente o contrário. Seria o caso de irmos juntos, constatarmos a realidade e trazer um relato fiel à nossa Casa, para que amanhã não sejamos responsabilizados por aquilo que poderá haver, provocado pelo delírio da fome que lá vi e senti.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, no Horário da Liderança do PDS, usará da palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste instante aqui estamos, desta tribuna, para saudar, para nos congratular com um grande líder paranaense que se chama Paulo Pimentel. Este homem paranaense, este homem ex-Governador do Estado, Deputado Federal dos mais votados, que hoje vem trazer para o PDS a segurança e a certeza de uma vitória. Este homem que com sua consciência, seu coração como dizia Anibal Cury: "escolheu o melhor", escolheu o PDS, o partido, o nosso Partido, voltado às causas paranasistas, não quer outra coisa a não ser o bem-estar de sua terra e de sua gente.

Neste momento, quero render as minhas homenagens a Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado, homem muitas vezes incompreendido e massacrado, voltado às suas origens, volta com o seu coração, para que o Paraná possa seguir na trilha do progresso, na paz e no bem-estar de sua terra e de sua gente.

Sr. Presidente, queria que, dentro da humildade peculiar dos homens do interior, depois de auscultar o povo de minha região, depois de ver, escutar aqueles homens das mãos calosas, da minha terra, com euforia peculiar e admiração e dedicação que eles têm pelo ex-Governador Paulo Pimentel, que veio consolidar a vitória do nosso Partido, a vitória dos homens que querem a paz, a vitória dos homens que também sabem do momento oportuno julgar a inoperância do ministro, como é o Ministro Delfim Neto, conforme declaração do nosso Partido, da Seção do Paraná.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do Paraná, quando Paulo Pimentel depois de fazer, depois de estudar a situação paranaense, depois de fazer uma análise séria, fria e serena, dos candidatos da Oposição e da Situação, optou pela candidatura dos homens do PDS, esquecendo as quereias políticas e vindo a nos apoiar, vindo a apoiar os homens que estão lutando verdadeiramente pelo Paraná.

Homens como Ney Braga, como Saul Raiz, que vão ao interior paranaense levar sua mensagem de fé, de progresso e de tranquilidade a este povo. Homens que têm uma folha de serviços prestados ao Paraná e à sua gente. Homens que lutam contra adversidades de um Governo Central que nos hostiliza economicamente e financeiramente. Homens que estão com as mãos dadas e os braços abertos ao povo do Paraná.

É isto, neste momento, Sr. Presidente, queria render as minhas homenagens a Paulo Pimentel. Este homem de coração

aberto, este homem que foi governador paranaense, este homem que sob a legenda do nosso Partido, foi o Deputado Federal mais votado. Este homem que teve tempo para decidir a opção para resolver. Fez uma opção certa. Opção pelo partido dos homens que lutam verdadeiramente pelo Paraná. Os homens que trazem, no bojo de suas mensagens, o bem-estar de sua terra.

A Paulo Pimentel queria render as minhas homenagens porque este homem soube escolher.

Queria, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Paraná inteiro ouvisse quem está com a razão. Que o Paraná inteiro analisasse que os homens humildes do Paraná não fossem "no canto da sereia". Que os homens humildes do Paraná fizessem como Paulo Pimentel e optassem pelo melhor, pelo partido que luta de mãos dadas com o nosso Presidente; que luta por uma causa justa, por uma causa paranaense. Que os "falsos messias" sejam julgados nas urnas.

Estamos em condições de ganhar as eleições. Hoje, com o apoio de Paulo Pimentel, o PDS já se considera vitorioso. E os homens que se consideravam vitoriosos, como aconteceu com a Seleção Brasileira, hoje estão assustados e fazendo novamente outras previsões. Se tínhamos uma eleição garantida, hoje a nossa eleição, graças ao apoio de Paulo Pimentel, é tranquilidade. Tranquilidade para o Paraná, para o nosso Partido, para o nosso povo que quer continuar na senda do progresso.

É isto que, neste momento de euforia, quando um homem do gabarito de Paulo Pimentel vem optar pelo nosso partido, só dizemos que Deus está conosco.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Caro Deputado que ocupa a tribuna, quero neste meu rápido aparte congratular-me com Vossa Excelência pelo pronunciamento, e me associar a Vossa Excelência no pensamento. Sem dúvida o nosso Partido fez uma grande aquisição. Qualquer cidadão deste Estado que pretendesse ingressar no nosso Partido, seria bem aceito, como todos aqueles que quiseram foram bem aceitos. Mas, considerando que Paulo Pimentel, pelas funções que já exerceu, e pelas funções que exerce atualmente, sendo o Deputado Federal mais votado deste Estado e levando-se em consideração de que esta votação expressiva que teve foi por seus méritos, por seu esforço, porque não teve — todos aqueles que militaram na eleição passada sabem como Paulo Pimentel se conduziu na eleição, trabalhou com seus amigos e seu companheiro, tendo até o Governo do Estado, apesar de pertencer ao partido do Governo, contra a sua pessoa, mesmo assim ele é o Deputado Federal mais votado deste Estado.

Teve desentendimentos. Desentendimentos são naturais na democracia. Mas teve entendimentos agora, Entendimentos, coisas naturais dos homens inteligentes. Por isso o nosso Partido está fortalecido, está engalanado, está mais forte, com esta grande aquisição deste grande Deputado Federal, o mais votado em nosso Estado, Paulo Pimentel.

Espero que, contando com Paulo Pimentel, sem dúvida nenhuma, o nosso partido possa atingir o objetivo principal que é obter a confiança do povo do Paraná, para poder continuar trabalhando, resolvendo os problemas que são tantos, os problemas que se agravam a cada dia, os problemas que merecem sim, críticas da Oposição, compreendemos isso porque, se um dia a fatalidade nos tornar Oposição, saberemos também cumprir com a nossa função, mas queremos são homens responsáveis, homens capazes, homens com pé no chão, compreendendo a atualidade do momento não só do nosso Estado mas da nossa Nação e do mundo inteiro através de procurar amenizar o sofrimento da nossa gente.

E por isso, acho que Paulo Pimentel foi uma grande

aquisição e eu me parabeno com Vossa Excelência. Congratulo-me e fico feliz em saber que este fato está consumado com esta grande aquisição.

Obrigado pelo aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Secretário, agradeço a Vossa Excelência pelo seu aparte, orientando-nos, estimulando-nos e dando ao Paraná o exemplo de que Paulo Pimentel, dentro daquele adágio popular “vinde aos bons e serás um deles”, Paulo Pimentel, com aquele carisma, aquela votação, aquele jeito de ser, com 25 por cento da preferência paranista, vem se somar a Saul Raiz, Paulo Pimentel teve opção, veio aos bons e é um deles, porque, apesar de ser hostilizado em outras vezes por elementos de nosso Partido, hoje achou por bem aderir ao apelo do grande Presidente João Figueiredo, e vir ao Paraná para contribuir, para dar uma parcela ao Paraná, numa opção séria, onde lhe foi oferecido pela Oposição a Prefeitura de Curitiba, e não num desprezo, mas, num gesto cortês, onde ele achava que a melhor opção seria atender ao apelo do grande Presidente Figueiredo e vir conosco para construirmos um Paraná melhor, para que o Paraná conseguisse e continuasse sob a orientação, sob a égide do grande Governador Ney Braga, para que o Paraná, dentro da humildade peculiar aos homens do interior, pudesse fazer algo por sua terra e por sua gente, para que o Paraná protestasse como protestou Norton Macedo sobre os desmandos de alguns setores do Governo Central, para que o Paraná, junto com Paulo Pimentel, com Saul Raiz, com Ney Braga, com o nosso Presidente da Assembléia, com Vossa Excelência e com todas as forças vivas, pudesse continuar a dizer presente, aos vossos filhos e aos homens que hão de nos julgar futura-

mente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Miansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 23 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/81, (Projeto de Lei n.º 89/81), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área descrita, do Município de Guaraniaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Campo Bonito. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 10 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.